

Demonstrações Financeiras

Concessionária Ponte Rio-Niterói S.A. - Ecoponte

31 de dezembro de 2015
com Relatório dos Auditores Independentes

Concessionária Ponte Rio-Niterói S.A. - Ecoponte

Demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2015

Índice

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras 1

Demonstrações financeiras auditadas

Balanço patrimonial 3

Demonstração do resultado 5

Demonstração do resultado abrangente 6

Demonstração das mutações do patrimônio líquido 7

Demonstração dos fluxos de caixa 8

Demonstração do valor adicionado 9

Notas explicativas às demonstrações financeiras 10

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos
Administradores e Acionistas da
Concessionária Ponte Rio-Niterói S.A. – Ecoponte
Niterói - RJ

Introdução

Examinamos as demonstrações financeiras da Concessionária Ponte Rio-Niterói S.A. - Ecoponte (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2015 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da Administração sobre as demonstrações financeiras

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Concessionária Ponte Rio-Niterói S.A. – Ecoponte em 31 de dezembro de 2015, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Outros Assuntos

Demonstrações do valor adicionado

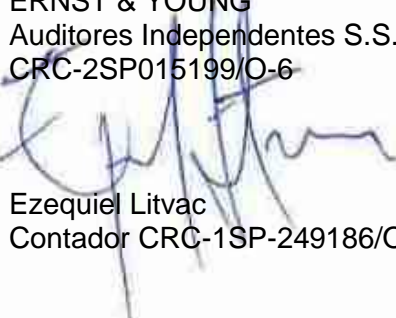
Examinamos, também, as demonstrações do valor adicionado (DVA), referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2015, elaboradas sob a responsabilidade da Administração da Companhia, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, estão adequadamente apresentadas, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Informações comparativas

Conforme descrito na Nota Explicativa no. 1, a Companhia foi constituída em 24 de março de 2015, desta forma, as respectivas demonstrações financeiras não estão sendo apresentadas em bases comparativas conforme requerido pelas práticas contábeis adotadas no Brasil.

São Paulo, 11 de março de 2016.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC-2SP015199/O-6



Ezequiel Litvac
Contador CRC-1SP-249186/O-5

Concessionária Ponte Rio-Niterói S.A. - Eco ponte

Balanço patrimonial
31 de dezembro de 2015
(Em milhares de reais - R\$)

	Nota explicativa	31/12/2015
Ativo		
Circulante		
Caixa e equivalentes de caixa	5	80.961
Clientes	6	6.962
Despesas antecipadas	7	1.230
Tributos a recuperar	11	51
Outros créditos		495
Total do ativo circulante		89.699
Não circulante		
Tributos diferidos	10.a)	487
Imobilizado	8	1.857
Intangível	9	92.726
Total do ativo não circulante		95.070
Total do ativo		184.769

	Nota explicativa	31/12/2015
Passivo e patrimônio líquido		
Circulante		
Fornecedores		3.385
Impostos, taxas e contribuições a recolher	12	1.134
Partes relacionadas	14	1.355
Obrigações sociais e trabalhistas	13	1.866
Provisão para imposto de renda e contribuição social	10.c)	964
Obrigações com o poder concedente	15	236
Provisão para construção de obras	16	36.546
Outras contas a pagar		4
Total do passivo circulante		45.490
Não circulante		
Provisão para construção de obras	16	49.034
Outras contas a pagar		248
Total do passivo não circulante		49.282
Patrimônio líquido		
Capital social subscrito	17.a)	120.000
Capital social a integralizar	17.a)	(36.000)
Reserva de capital - legal	17.b)	1.158
Reserva de capital - plano de opção com base em ações	17.e)	49
Reserva de lucros - dividendos adicionais propostos	17.d)	4.790
Total do patrimônio líquido		89.997
Total do passivo e patrimônio líquido		184.769

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Concessionária Ponte Rio-Niterói S.A. - Eco ponte

Demonstração do resultado

Período de 24 de março a 31 de dezembro de 2015

(Em milhares de reais - R\$, exceto o valor por ação)

	Nota explicativa	31/12/2015
Receita líquida	18	66.362
Custo dos serviços prestados	19	(28.370)
Lucro bruto		37.992
Despesas operacionais		
Despesas operacionais	19	(9.482)
Outras receitas, líquidas		63
		(9.419)
Lucro operacional antes do resultado financeiro		28.573
Resultado financeiro		
Receitas financeiras	20	6.959
Despesas financeiras	20	(469)
		6.490
Lucro operacional antes do imposto de renda e da contribuição social		35.063
Imposto de renda e contribuição social		
Correntes	10.b	(12.385)
Diferidos	10.b	487
		(11.898)
Lucro líquido do exercício		23.165
Lucro líquido por ação (em R\$) - básico e diluído	21	0,19

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Concessionária Ponte Rio-Niterói S.A. - Ecoponte

Demonstração do resultado abrangente
Período de 24 de março a 31 de dezembro de 2015
(Em milhares de reais - R\$)

	<u>31/12/2015</u>
Lucro líquido do exercício	23.165
Outros resultados abrangentes	-
Resultado abrangente do exercício	23.165

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Concessionária Ponte Rio-Niterói S.A. - Ecofonte

Demonstração das mutações do patrimônio líquido
Período de 24 de março a 31 de dezembro de 2015
(Em milhares de reais - R\$, exceto o valor por ação)

	Nota explicativa	Capital social		Reservas de lucros		Reserva de capital	Prejuízos acumulados	Total
		Subscrito	A integralizar	Legal	Dividendos adicionais propostos	Plano de opção com base em ações		
Integralização de capital	16.a)	120.000	(36.000)	-	-	-	-	84.000
Opções outorgadas reconhecidas	16.e)	-	-	-	-	49	-	49
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	23.165	23.165
Destinação do lucro:								
Reserva legal	16.b)	-	-	1.158	-	-	(1.158)	-
Dividendos intermediários (R\$0,20 por ação)	16.d)	-	-	-	-	-	(17.217)	(17.217)
Constituição de reserva para dividendos (R\$0,06 por ação)	16.d)	-	-	-	4.790	-	(4.790)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2015		120.000	(36.000)	1.158	4.790	49	-	89.997

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Concessionária Ponte Rio-Niterói S.A. - Ecoponte

Demonstração dos fluxos de caixa
Período de 24 de março a 31 de dezembro de 2015
(Em milhares de reais - R\$)

	<u>31/12/2015</u>
Fluxo de caixa das atividades operacionais	
Lucro líquido	23.165
Ajustes para reconciliar o lucro líquido	
com o caixa líquido gerado pelas atividades operacionais:	
Depreciações e amortizações	1.445
Perda/baixa do ativo imobilizado e do intangível	63
Tributos diferidos	(487)
Plano de opção com base em ações	49
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa - PCLD	12
(Aumento) redução nos ativos operacionais:	
Clientes	(6.974)
Tributos a recuperar	(51)
Despesas antecipadas	(1.230)
Outros créditos	(495)
Aumento (redução) nos passivos operacionais:	
Fornecedores	3.385
Obrigações sociais e trabalhistas	1.866
Impostos, taxas e contribuições a recolher	1.134
Partes relacionadas - fornecedores	1.355
Outras contas a pagar	252
Imposto de renda e contribuição social	964
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	<u>24.453</u>
Fluxo de caixa das atividades de investimento	
Aquisição de imobilizado	(1.923)
Aquisição de intangível	(8.588)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	<u>(10.511)</u>
Fluxo de caixa das atividades de financiamento	
Aporte de Capital	84.000
Pagamento de dividendos	(17.217)
Pagamento de Credor pela concessão	236
Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamento	<u>67.019</u>
Aumento líquido do saldo de caixa e equivalentes de caixa	<u>80.961</u>
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	-
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	80.961
Aumento líquido do saldo de caixa e equivalentes de caixa	<u>80.961</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Concessionária Ponte Rio-Niterói S.A. - Ecoponte

Demonstração do valor adicionado
Período de 24 de março a 31 de dezembro de 2015
(Em milhares de reais - R\$)

	<u>31/12/2015</u>
Receitas	
Com arrecadação de pedágio	63.067
Com construção	7.766
Outras receitas	1.062
	<u>71.895</u>
Insumos adquiridos de terceiros	
Custo dos serviços prestados	(20.357)
Materiais, energia e serviços de terceiros	(6.393)
	<u>(26.750)</u>
Valor adicionado bruto	45.145
Depreciações e amortizações	(1.445)
Valor adicionado líquido produzido pela companhia	43.700
Valor adicionado recebido em transferência	
Receitas financeiras	6.959
Valor adicionado total a distribuir	<u>50.659</u>
Distribuição do valor adicionado	<u>50.659</u>
Pessoal	<u>9.156</u>
Remuneração direta	6.960
Benefícios	1.834
Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS	362
Impostos, taxas e contribuições	<u>17.432</u>
Federais	14.239
Municipais	3.193
Remuneração de capitais de terceiros	906
Aluguéis	437
Outros efeitos financeiros	469
Remuneração de capitais próprios	<u>23.165</u>
Dividendos intermediários pagos	17.217
Reserva legal	1.158
Reserva para dividendos	4.790

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Concessionária Ponte Rio-Niterói S.A. - Ecoponte

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2015

(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

1. Informações gerais

A Concessionária Ponte Rio-Niterói S.A. - Ecoponte (“Ecoponte” ou “Companhia”), foi constituída em 24 de março de 2015, e tem por objeto social a exploração de concessão da rodoviária da BR-101/RJ: Trecho Acesso à Ponte Presidente Costa e Silva (Niterói) - Entr. RJ-071 (Linha Vermelha), “Ponte Rio-Niterói”, mediante concessão federal, incluindo a exploração de receitas acessórias. A sede da Companhia fica localizada na Travessa Mário Neves, nº 1, Ilha da Conceição, Niterói/RJ.

Em 18 de maio de 2015, a Ecoponte, assinou o contrato de concessão para a exploração da Infraestrutura e da prestação de serviço público de operação, manutenção, monitoração e conservação e implantação de melhorias do sistema rodovia, mediante a cobrança de tarifa de pedágio, no prazo de 30 anos, a contar de 1º de junho de 2015. As demais obrigações assumidas pelo contrato de concessão estão descritas na Nota Explicativa nº 15. As operações de cobrança de pedágio iniciaram em 1º de junho de 2015. As ações da Companhia não são negociadas em bolsa de valores.

A conclusão e emissão destas demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2015 foram aprovadas pela Diretoria da Companhia em 11 de março de 2016.

2. Apresentação das demonstrações financeiras

2.1. Declaração de conformidade e base de preparação

As demonstrações financeiras da companhia foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as disposições da legislação societária, previstas na Lei nº 6.404/76 com alterações da Lei nº 11.638/07 e Lei nº 11.941/09, e os pronunciamentos contábeis, interpretações e orientações imitados pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”).

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos.

As políticas contábeis significativas adotadas pela Companhia estão descritas nas notas explicativas específicas, relacionadas aos itens apresentados; aqueles aplicáveis, de modo geral, em diferentes aspectos das demonstrações financeiras, estão descritos a seguir.

2.2. Moeda funcional da apresentação

As demonstrações financeiras da Companhia são apresentadas em reais, a moeda do ambiente econômico da Companhia.

Concessionária Ponte Rio-Niterói S.A. - Ecoponte

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2015
(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

3. Principais práticas contábeis

As práticas contábeis descritas a seguir foram aplicadas de forma consistente para os exercícios apresentados:

a) Instrumentos financeiros

i) *Ativos financeiros*

Ativos financeiros são classificados como: (i) ativos financeiros a valor justo por meio do resultado, (ii) empréstimos e recebíveis, (iii) investimentos mantidos até o vencimento ou (iv) ativos financeiros no momento do seu reconhecimento inicial, quando ele se torna parte das disposições contratuais do instrumento.

Os ativos financeiros da Companhia incluem caixa e equivalentes de caixa, contas a receber, outros recebíveis e instrumentos financeiros.

A mensuração dos passivos financeiros depende de sua classificação:

1) Empréstimos e recebíveis

São incluídos nessa classificação caixa e equivalentes de caixa, contas a receber, e outros recebíveis. Os empréstimos e recebíveis são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando-se o método de taxa de juros efetiva deduzidos de qualquer perda por redução do valor recuperável. A amortização do método de juros efetivos ou despesas financeiras (perdas por redução ao valor recuperável) são apresentadas na conta do resultado financeiro da demonstração do resultado.

2) Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado

Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado incluem ativos financeiros mantidos para negociação e ativos financeiros designados no reconhecimento inicial a valor justo por meio do resultado. Ativos financeiros são classificados como mantidos para negociação se forem adquiridos com o objetivo de venda no curto prazo.

Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado são apresentados no balanço patrimonial a valor justo, com os correspondentes ganhos ou perdas reconhecidos na demonstração do resultado.

A Companhia não designou nenhum ativo financeiro a valor justo por meio do resultado no reconhecimento inicial.

Concessionária Ponte Rio-Niterói S.A. - Ecoponte

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2015

(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

3. Principais práticas contábeis--Continuação

a) Instrumentos financeiros--Continuação

i) *Ativos financeiros*--Continuação

2) Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado--Continuação

Desreconhecimento (baixa)

Um ativo financeiro é baixado principalmente quando:

- Os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expirarem;
- A Companhia transferiu os seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assumiu uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos, sem demora significativa, a um terceiro por força de um acordo de “repasse”; e (a) a Companhia transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, ou (b) a Companhia não transferiu nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, mas transferiu o controle sobre o ativo.

Redução do valor recuperável de ativos financeiros

A Companhia avalia nas datas do balanço se há alguma evidência objetiva que determine se o ativo financeiro, ou grupos de ativos financeiros, não é recuperável, tendo como base um ou mais eventos que tenham ocorrido depois do reconhecimento inicial do ativo e tenha impacto no fluxo de caixa futuro estimado do ativo financeiro, ou grupos de ativos financeiros, que possa ser razoavelmente estimado.

ii) *Passivos financeiros*

Passivos financeiros são inicialmente reconhecidos a valor justo e, no caso de empréstimos e financiamentos e contas a pagar, são acrescidos do custo da transação diretamente relacionado.

Os passivos financeiros da Companhia incluem contas a pagar a fornecedores, outras contas a pagar, empréstimos e financiamentos e contratos de garantia financeira.

A mensuração subsequente dos passivos financeiros depende da sua classificação, que pode ser da seguinte forma:

Concessionária Ponte Rio-Niterói S.A. - Ecoponte

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2015
(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

3. Principais práticas contábeis--Continuação

a) Instrumentos financeiros--Continuação

ii) *Passivos financeiros*--Continuação

Empréstimos e financiamentos

Após reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetivos. Ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa dos passivos, bem como durante o processo de amortização pelo método da taxa de juros efetivos.

Contratos de garantia financeira

Os contratos de garantia financeira emitidos pela Companhia são contratos que requerem pagamento para fins de reembolso do detentor por perdas por ele incorridas quando o devedor especificado deixar de fazer o pagamento devido segundo os termos do correspondente instrumento de dívida. Contratos de garantia financeira são inicialmente reconhecidos como um passivo a valor justo, ajustado por custos de transação diretamente relacionados com a emissão da garantia. Subsequentemente, o passivo é mensurado com base na melhor estimativa da despesa requerida para liquidar a obrigação presente na data do balanço ou no valor reconhecido menos amortização, dos dois o maior.

Desreconhecimento (baixa)

Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação for revogada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente for substituído por outro do mesmo mutuante com termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente forem significativamente alterados, essa substituição ou alteração é tratada como baixa do passivo original e reconhecimento de um novo passivo, sendo a diferença nos correspondentes valores contábeis reconhecida na demonstração do resultado.

Passivos financeiros a valor justo por meio do resultado

Passivos financeiros a valor justo por meio do resultado incluem passivos financeiros para negociação e passivos financeiros designados no reconhecimento inicial a valor justo por meio do resultado.

Concessionária Ponte Rio-Niterói S.A. - Ecoponte

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2015
(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

3. Principais práticas contábeis--Continuação

a) Instrumentos financeiros--Continuação

ii) *Passivos financeiros--Continuação*

Passivos financeiros a valor justo por meio do resultado--Continuação

Ganhos e perdas de passivos para negociação são reconhecidos na demonstração do resultado. A Companhia não apresentou nenhum passivo financeiro a valor justo por meio do resultado.

iii) *Instrumentos financeiros - apresentação líquida*

Ativos e passivos financeiros são apresentados líquidos no balanço patrimonial se, e somente se, houver um direito legal corrente e executável de compensar os montantes reconhecidos e se houver a intenção de compensação, ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

b) Avaliação do valor recuperável de ativos não financeiros

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e tendo o valor contábil líquido excedido o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

O seguinte critério é aplicado para avaliar perda por redução ao valor recuperável de ativos específicos:

Ativos intangíveis

Ativos intangíveis com vida útil indefinida são testados em relação à perda por redução ao valor recuperável anualmente em 31 de dezembro, individualmente ou no nível da unidade geradora de caixa, conforme o caso ou quando as circunstâncias indicarem perda por desvalorização do valor contábil.

Concessionária Ponte Rio-Niterói S.A. - Ecoponte

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2015

(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

3. Principais práticas contábeis--Continuação

c) Provisões gerais

Provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado, é provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e há uma estimativa confiável do valor da obrigação. Quando a Companhia espera que o valor de uma provisão seja reembolsado, no todo ou em parte, o reembolso é reconhecido como um ativo separado, mas apenas quando o reembolso for praticamente certo. A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado.

d) Ajuste a valor presente de ativos e passivos

Os ativos e passivos monetários de longo prazo foram trazidos a seu valor presente na data das transações, em virtude de seus prazos, usando a taxa média de encargos financeiros em que incorre quando de suas captações, tanto para clientes quanto para fornecedores. O ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários de curto prazo é calculado, e somente registrado, se considerado relevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Para fins de registro e determinação de relevância, o ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos.

e) Normas, alterações e interpretações de normas

- i) *As normas e interpretações emitidas, mas ainda não adotados até a emissão das demonstrações financeiras da Companhia são abaixo apresentadas. A Companhia pretende adotar essas normas, se aplicável, quando entrarem em vigência:*

Norma	Requerimento	Impacto nas demonstrações financeiras
IFRS 9 - Instrumentos Financeiros	Tem o objetivo, em última instância, de substituir a IAS 39. As principais mudanças previstas são: (i) todos os ativos financeiros devem ser, inicialmente, reconhecidos pelo seu valor justo; (ii) a norma divide todos os ativos financeiros em: custo amortizado e valor justo; ; e (iv) o conceito de derivativos embutidos foi extinto.	A Administração da Companhia está avaliando os impactos do IFRS 9 e entende que sua adoção não provocará um impacto relevante em suas demonstrações financeiras.
IFRS 15 - Receitas de contratos com clientes	O principal objetivo é fornecer princípios claros para o reconhecimento de receita e simplificar o processo de elaboração das demonstrações contábeis.	A Administração da Companhia está avaliando os impactos do IFRS 15 e entende que sua adoção não provocará um impacto relevante em suas demonstrações financeiras.
Alteração IAS 16 e IAS 38 - Métodos aceitáveis de depreciação e amortização	Método de depreciação e amortização deve ser baseado nos benefícios econômicos consumidos por meio do uso do ativo.	A Administração da Companhia está avaliando os impactos da alteração dos IAS16 e 38 e entende que sua adoção não provocará impacto em suas demonstrações financeiras.

Concessionária Ponte Rio-Niterói S.A. - Ecoponte

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2015

(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

3. Principais práticas contábeis--Continuação

e) Normas, alterações e interpretações de normas--Continuação

- i) *As normas e interpretações emitidas, mas ainda não adotados até a emissão das demonstrações financeiras da Companhia são abaixo apresentadas. A Companhia pretende adotar essas normas, se aplicável, quando entrarem em vigência--Continuação*

Norma	Requerimento	Impacto nas demonstrações financeiras
Alteração IAS 1	Tem o objetivo de enfatizar que a informação contábil-financeira deve ser objetiva e de fácil compreensão.	A Administração da Companhia está avaliando os impactos da alteração do IAS1 e entende que sua adoção não provocará um impacto relevante em suas demonstrações financeiras.
IFRS 16 Arrendamento (Vigência a partir de 01/01/2019)	A nova norma estabelece os princípios, tanto para o cliente (o locatário) e o fornecedor (locador), sobre o fornecimento de informações relevantes acerca das locações de maneira que seja demonstrado nas demonstrações financeiras, de forma clara, as operações de arrendamento mercantil. Para atingir esse objetivo, o locatário é obrigado a reconhecer os ativos e passivos resultantes de um contrato de arrendamento.	A Administração da Companhia está avaliando os impactos do IFRS 16 e entende que sua adoção não provocará um impacto relevante nas demonstrações financeiras.

- ii) *Alterações de pronunciamentos já existentes*

Norma	Requerimento	Impacto nas demonstrações financeiras
IFRS 7 Instrumentos financeiros (Divulgação) - Aplicabilidade das divulgações de <i>offset</i> às demonstrações financeiras condensadas	A alteração suprime a expressão “e períodos intermediários dentro desses períodos anuais” do parágrafo 44R, esclarecendo que estes requerimentos de divulgação do IFRS 7 não são exigidas em demonstrações financeiras condensadas. No entanto, o IAS 34 exige que uma entidade divulgue “uma explicação dos eventos e transações que são significativas para a compreensão das alterações na posição financeira e do desempenho da entidade desde o final do último período anual”. Portanto, se as divulgações do IFRS 7 refletem uma atualização significativa para a informação incluída no relatório anual mais recente, espera-se que estas sejam incluídas nas demonstrações financeiras condensadas. Esta alteração deverá ser aplicada retrospectivamente para períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2016, com aplicação antecipada permitida. Vigência a partir de 01/01/2016.	A Administração da Companhia está avaliando os impactos do IFRS 7 e entende que sua adoção não provocará um impacto relevante em suas demonstrações financeiras.

Concessionária Ponte Rio-Niterói S.A. - Ecoponte

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2015

(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

4. Principais uso de estimativas e julgamento

A Administração da Companhia estabelece estimativas e premissas com relação a eventos no futuro. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício financeiro, estão contempladas a seguir:

- Taxa de desconto: A determinação de taxas de desconto a valor presente utilizadas na mensuração de certos ativos e passivos de curto e longo prazos;
- Taxa de amortização: A determinação das taxas de amortização de ativos intangíveis obtidas por meio de estudos econômicos de projeção de tráfego; e
- Provisões: A determinação de provisões para investimentos futuros oriundos dos contratos de concessão cujos benefícios econômicos estejam diluídos nas tarifas de pedágio presentes, perdas relacionadas a contas a receber e elaboração de projeções para realização de imposto de renda e contribuição social diferidos.

Contabilização de contratos de concessão

Na contabilização do Contrato de Concessão, a Companhia efetua análises que envolvem o julgamento da Administração, substancialmente no que diz respeito à aplicabilidade da interpretação de Contrato de Concessão, determinação e classificação dos gastos de melhoria e construção como ativo intangível e avaliação dos benefícios econômicos futuros, para fins de determinação do momento de reconhecimento dos ativos intangíveis gerado no Contrato de Concessão.

Momento de reconhecimento dos ativos intangíveis

A Administração da Companhia avalia o momento de reconhecimento dos ativos intangíveis com base nas características econômicas do Contrato de Concessão. A contabilização de adições subsequentes ao ativo intangível somente ocorrerá quando da prestação de serviço relacionado e que represente potencial de geração de receita adicional. Para esses casos, por exemplo, a obrigação da construção não é reconhecida na assinatura do contrato, mas o será no momento da construção, em contrapartida ao ativo intangível.

Concessionária Ponte Rio-Niterói S.A. - Ecoponte

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2015

(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

4. Principais uso de estimativas e julgamento--Continuação

Determinação da carga de amortização anual dos ativos intangíveis oriundos do contrato de concessão

A Companhia reconhece o efeito de amortização dos ativos intangíveis decorrente dos contratos de concessão limitado ao prazo final da concessão. O cálculo é efetuado de acordo com o padrão de consumo do benefício econômico por ele gerado, que normalmente se dá devido à curva de tráfego. Assim, a taxa de amortização é determinada por meio de estudos econômicos que buscam refletir o crescimento projetado de tráfego das rodovias e geração dos benefícios econômicos futuros oriundos do contrato de concessão. A Companhia utiliza modelos para estudo e projeção do tráfego na rodovia sob sua concessão.

Determinação das receitas de construção

A receita de construção é reconhecida pelo seu valor justo, assim como os respectivos custos transformados em despesas relativas ao serviço de construção prestado. De acordo com o ICPC (Interpretação do Comitê de Pronunciamentos Contábeis) 01, sempre que uma concessionária de serviços públicos executa obras, mesmo que previstas contratualmente, ela realiza serviços de construção, sendo que estes podem possuir dois tipos de remuneração, ou por recebimento dos valores do Poder Concedente (ativo financeiro), ou pela remuneração da tarifa de pedágio (ativo intangível). Para essa última modalidade, a receita de construção deve ser reconhecida pelo seu valor justo, e os respectivos custos transformados em despesas relativas ao serviço de construção prestado. Na contabilização das margens de construção, a Administração da Companhia avalia questões relacionadas à responsabilidade primária pela prestação de serviços de construção, mesmo nos casos em que haja terceirização dos serviços, custos de gerenciamento e/ou acompanhamento da obra e empresa que efetua os serviços de construção. A Administração da Companhia entende que as contratações dos serviços de construção são realizadas a valor de mercado, portanto, não reconhece margem de lucro nas atividades de construção.

Concessionária Ponte Rio-Niterói S.A. - Ecoponte

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2015

(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

4. Principais uso de estimativas e julgamento--Continuação

Determinação do ajuste ao valor presente de determinados ativos e passivos

A Administração avalia e reconhece na contabilidade os efeitos de ajuste a valor presente levando-se em consideração o valor do dinheiro no tempo e as incertezas a eles associadas. Em 31 de dezembro de 2015 e 2014, os ativos e passivos sujeitos ao ajuste a valor presente, assim como as principais premissas utilizadas pela Administração para sua mensuração e reconhecimento, são como segue:

- (a) Provisão para manutenção e obras futuras decorrentes dos gastos estimados, para cumprir com as obrigações contratuais da concessão cujos benefícios econômicos já estão sendo auferidos pela Companhia, e provisão para manutenção decorrente dos custos estimados para cumprir as obrigações contratuais da concessão relacionadas à utilização e manutenção das rodovias em níveis preestabelecidos de utilização. A mensuração dos valores presentes dessas provisões foi calculada por meio do método de projeção de fluxo de caixa nas datas em que se estima a saída de recursos, para fazer frente às respectivas obrigações (estimada para todo o período de concessão), e descontada por meio da aplicação da taxa de desconto, de 14,71% ao ano. A determinação da taxa de desconto utilizada pela Administração está baseada na média ponderada das captações.

Concessionária Ponte Rio-Niterói S.A. - Ecoponte

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2015

(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

5. Caixa e equivalentes de caixa

	<u>31/12/2015</u>
Caixa e bancos	
Aplicações financeiras	615
Fundo de investimentos (a)	23.652
Aplicações compromissadas (b)	55.921
Aplicações automáticas compromissadas (c)	773
Total	<u>80.961</u>

- (a) Fundo de investimento, que se enquadra na categoria "Renda fixa - crédito privado", de acordo com a regulamentação vigente, cuja política de investimento tem como principal fator de risco a variação de taxa de juros doméstica ou índice de preços, ou ambos, e que tem como objetivo buscar valorização de suas cotas através da aplicação dos recursos em uma carteira de perfil conservador. Podendo ser resgatado a qualquer momento, sem perda significativa de valor.

O Fundo não pode investir em operações especulativas ou operações que o exponham a obrigações superiores ao valor de seu patrimônio líquido.

O Fundo também não pode investir em determinados ativos, tais como ações, índice de ações e derivativos. Em 31 de dezembro de 2015 a carteira do Fundo de títulos e valores mobiliários era composta por 26,1% em Certificado de Depósito Bancário (CDB), 60,8% em Operações Compromissadas e 13,1% em Letra Financeira (LF).

As aplicações financeiras vinculadas a fundos de investimentos são remunerados à taxa de 101,3% do Certificado de Depósito Interbancário (CDI), e refletem as condições de mercado nas datas dos balanços patrimoniais.

- (b) Os recursos vinculados às aplicações financeiras compromissadas são remuneradas à taxa de 99,0% CDI, sem o risco de mudança significativa de valor. A referida aplicação possui liquidez imediata e por estarem vinculadas a aplicações compromissadas não geram custos de IOF e são realizadas quando há necessidade de utilização de recursos em prazos inferiores há 30 dias.
- (c) A Companhia possui aplicação financeira no Itaú Unibanco, na qual os recursos disponíveis em conta corrente são automaticamente aplicados e remunerados conforme escala de permanência e que podem variar de 10% a 20% do CDI, o grupo mantém apenas saldo mínimo nesta modalidade, e diariamente o volume excedente são alocados em aplicações mais rentáveis, mantendo esta modalidade com a taxa média de 10,0% do CDI (aplicações com permanência entre 01 e 14 dias), sem o risco de mudança significativa do valor. A referida aplicação possui liquidez imediata e por estarem vinculadas a operações compromissadas não geram custos de IOF.

6. Clientes

Representados por pedágio eletrônico, cupons e faturas a receber de clientes pela locação de painéis publicitários, acessos e outros serviços decorrentes da utilização e exploração da faixa de domínio das rodovias.

A composição está assim representada:

	<u>31/12/2015</u>
Pedágio eletrônico	6.401
Cupons de pedágio	424
Receitas acessórias	149
Provisão p/créd. liq. duvidosa (a)	(12)
	<u>6.962</u>

Concessionária Ponte Rio-Niterói S.A. - Eco ponte

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2015

(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

6. Clientes--Continuação

(a) Refere-se à constituição de provisão para créditos de liquidação duvidosa. A política de contas a receber do Grupo EcoRodovias no qual a Companhia está inserida estabelece que a constituição de PCLD seja realizada com base nos clientes vencidos há mais de 120 dias.

O “aging list” das contas a receber está assim representado:

	<u>31/12/2015</u>
A vencer	6.888
Vencidos:	
Até 30 dias	12
De 31 a 60 dias	33
De 61 a 90 dias	1
De 90 a 120 dias	28
Acima de 120 dias	12
	<u>6.974</u>

A movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa é conforme segue:

	<u>31/12/2015</u>
Saldo inicial	-
Constituição de PCLD no exercício	12
	<u>12</u>

7. Despesas antecipadas

O saldo da rubrica “Despesas antecipadas” em 31 de dezembro de 2015, no montante de R\$1.230, classificado no ativo circulante, refere-se, substancialmente, a prêmios de seguros a apropriar. Detalhes adicionais estão descritos na Nota Explicativa nº 25.

Concessionária Ponte Rio-Niterói S.A. - Ecoponte

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2015

(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

8. Imobilizado

	Taxas médias anuais de depreciação %	Custo				Depreciação				Residual		
		Saldos em 31/12/2014	Adições	Baixas	Transferências	Saldos em 31/12/2015	Saldos em 31/12/2014	Adições	Transfer.	Saldos em 31/12/2015	31/12/2015	31/12/2014
Hardwares	11,9	-	641	-	-	641	-	(38)	-	(38)	603	-
Maquinas e equipamentos	4,8	-	832	-	-	832	-	(20)	-	(20)	812	-
Móveis e utensílios	3,7	-	437	-	-	437	-	(8)	-	(8)	429	-
Imobilizado em andamento	-	-	13	-	-	13	-	-	-	-	13	-
		-	1.923	-	-	1.923	-	(66)	-	(66)	1.857	-

Em 31 de dezembro de 2015, não havia bens do ativo imobilizado vinculados como garantia de empréstimos ou de processos de qualquer natureza, bem como não foram capitalizados encargos financeiros nos respectivos períodos.

9. Intangível

	Taxas médias anuais de amortização %	Custo				Amortização				Residual			
		Saldos em 31/12/2014	Adições	Baixas	Transf.	Saldos em 31/12/2015	Saldos em 31/12/2014	Adições	Baixas	Transf.	Saldos em 31/12/2015	31/12/2015	31/12/2014
Contrato de concessão	(*)	-	91.914	(65)	-	91.849	-	(1.345)	2	-	(1.343)	90.506	-
Intangível em andamento	-	-	1.497	-	-	1.497	-	-	-	-	-	1.497	-
Softwares de terceiros	9,0	-	757	-	-	757	-	(34)	-	-	(34)	723	-
		-	94.168	(65)	-	94.103	-	(1.379)	2	-	(1.377)	92.726	-

(*) A amortização dos ativos intangíveis oriundos dos direitos de concessão, é reconhecida no resultado através da projeção de curva de tráfego estimada para o período de concessão, a partir da 31 de dezembro de 2015 é de 2,93%.

Os itens referentes ao contrato de concessão compreendem basicamente a infraestrutura investida na ponte e alças de acesso.

Concessionária Ponte Rio-Niterói S.A. - Ecoponte

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2015
(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

10. Imposto de renda e contribuição social

a) Tributos diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos foram constituídos considerando-se a alíquota de 34% (imposto de renda e contribuição social) vigente e têm a seguinte composição:

	Balança patrimonial			Resultado	
	31/12/2014	Adições	Baixas	31/12/2015	31/12/2015
Provisão para férias e encargos diretores	-	45	-	45	45
Provisão para créditos liquid. duvidosa	-	4	-	4	4
Amortização Provisão Construção	-	438	-	438	438
Imposto de renda e contribuição social diferido - ativo/(passivo)	-	487	-	487	487
Receita (despesa) de imposto de renda e contribuição social diferido					

A Administração preparou estudo acerca da realização futura do ativo fiscal diferido, considerando a capacidade provável de geração futura de lucros tributáveis, no contexto das principais variáveis de seus negócios, que podem, portanto, sofrer alterações.

De acordo com as projeções elaboradas pela Administração da Companhia, o imposto de renda e a contribuição social diferidos não circulantes são realizados nos seguintes anos:

	<u>31/12/2015</u>
2016	136
2017	87
2018	87
2019	177
	<u>487</u>

Concessionária Ponte Rio-Niterói S.A. - Ecofonte

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2015

(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

10. Imposto de renda e contribuição social--Continuação

b) Conciliação da despesa de imposto de renda e contribuição social

Foram registrados no resultado dos períodos os seguintes montantes de imposto de renda e contribuição social, correntes e diferidos:

	<u>31/12/2015</u>
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	35.063
Alíquota	34%
Imposto de renda e contribuição social pelas alíquotas vigentes	(11.921)
Despesas indedutíveis	(2)
Outros	25
Despesa do imposto de renda e da contribuição social	<u>(11.898)</u>
Despesa do imposto de renda e contribuição social corrente	(12.385)
Despesa do imposto de renda e contribuição social diferido	487

c) Imposto de renda e contribuição social pagos

	<u>31/12/2015</u>
Saldo inicial	-
Despesa IR/CS corrente DRE	12.385
Total IR/CS pagos no período	<u>(11.421)</u>
Saldo final provisão IR/CS	964

11. Tributos a recuperar

	<u>31/12/2015</u>
IR/CS a recuperar	48
Outros	3
	<u>51</u>

12. Impostos, taxas e contribuições a recolher

	<u>31/12/2015</u>
Impostos sobre arrecadação	
COFINS	329
PIS	69
ISS	488
PIS/Cofins/CSLL na fonte	116
Outros	132
	<u>1.134</u>

Concessionária Ponte Rio-Niterói S.A. - Ecoponte

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2015

(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

13. Obrigações sociais e trabalhistas

	<u>31/12/2015</u>
Salários e outras obrigações a pagar	893
Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) a recolher	215
IRRF a recolher	62
Contribuição sindical	3
Provisão de férias	463
Fundo de garantia por tempo de serviço - FGTS	60
Encargos sobre provisões de férias a recolher - INSS e FGTS	170
	<u>1.866</u>

14. Partes relacionadas

A Companhia contrata serviços de seus acionistas ou de empresas a eles relacionadas, diretamente ou por meio de consórcio, para execução de obras de conservação, melhorias e ampliação do sistema rodoviário e serviços de consultoria.

Em 31 de dezembro de 2015, os saldos relativos a operações com partes relacionadas estão apresentados a seguir:

<u>Balanco patrimonial</u>		<u>Passivo</u>	
<u>Companhia</u>	<u>Natureza</u>	<u>Contas a pagar</u>	
Circulante			
EcoRodovias Concessões e Serviços S.A. (a)	Controladora		1.354
EcoRodovias Concessões e Serviços S.A. (b)	Controladora		1
Total em 31 de dezembro de 2015			<u>1.355</u>
		<u>Custo dos</u>	<u>Despesas</u>
		<u>serviços</u>	<u>gerais e</u>
		<u>prestados</u>	<u>administrativas</u>
<u>Demonstração do resultado</u>			
EcoRodovias Concessões e Serviços S.A.			
(a)	Controladora	3.714	1.336
Total em 31 de dezembro de 2015		<u>3.714</u>	<u>1.336</u>

(a) A EcoRodovias Concessões e Serviços S.A. presta serviços administrativos, financeiros, de recursos humanos, de tecnologia da informação, de engenharia e de compras corporativas. O valor anual dos contratos estabelecidos entre as empresas de serviços é de R\$5.050, com vigência de 12 meses, vigorando de janeiro a dezembro de cada ano.

(b) O saldo refere-se a transferências de funcionários entre as companhias (provisões de 13º salário e férias). Os saldos têm vencimento em até 45 dias, não estão sujeitos a juros nem à atualização monetária e não foram concedidos avais e garantias.

Concessionária Ponte Rio-Niterói S.A. - Eco ponte

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2015
(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

15. Obrigações com o poder concedente

	<u>31/12/2015</u>
Verba de fiscalização - ANTT	<u>236</u>

Conforme contrato da Companhia, firmado em 18 de maio de 2015, deverá ser paga o título de fiscalização o valor mensal de R\$210 até o final da concessão reajustados nos mesmos prazos e índices da tarifa de pedágio. Em 31 de dezembro de 2015 o valor atualizado é de R\$236.

A movimentação está demonstrada a seguir:

	<u>31/12/2015</u>
Saldo inicial	-
Custo (vide Nota Explicativa nº 19)	1.653
Pagamento	<u>(1.417)</u>
Saldo final	236

16. Provisão para construção de obras

Os valores provisionados como obras futuras são decorrentes dos gastos estimados para cumprir com as obrigações contratuais da concessão cujos benefícios econômicos já estão sendo auferidos pela Companhia em contrapartida ao ativo intangível, os valores são ajustados a valor presente a taxa de 9,50% a.a.

Essa provisão está de acordo com a orientação do Comitê de Pronunciamentos Contábeis OCPC-05 dos itens 31 a 33 que trata dos serviços de construção que não representam potencial de geração de receita adicional, em que a Companhia deve estimar os valores relativos a essas obras e reconhecer seu passivo em contrapartida ao intangível no início da vigência dos termos contratuais.

A movimentação e os saldos estão demonstrados a seguir:

	<u>31/12/2015</u>
Constituição da provisão para obras futuras	96.896
Efeito de valor presente sobre a constituição	<u>(11.316)</u>
	<u>85.580</u>
Circulante	36.546
Não circulante	49.034

Concessionária Ponte Rio-Niterói S.A. - Ecoponte

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2015
(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

17. Patrimônio líquido

a) Capital social

O capital social da Companhia em 31 de dezembro de 2015 é de R\$120.000, representado por 120.000.000 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, sendo a parcela a integralizar de R\$36.000.

b) Capital autorizado

Conforme o artigo 6º do Estatuto Social, a Companhia fica autorizada a aumentar seu capital social em até 120.000.000 ações ordinárias, mediante deliberação do Conselho de Administração, observadas as condições legais para a emissão e o período do direito de preferência.

c) Reserva de lucros - legal

Constituída com base em 5% do lucro líquido do exercício ajustado, limitada a 20% do capital social. Em até 31 de dezembro de 2015 o saldo é de R\$1.158.

d) Dividendos e juros sobre o capital próprio

Aos acionistas é garantido um dividendo e/ou juros sobre o capital próprio de, pelo menos, 25% do lucro líquido do exercício ajustado, calculado nos termos do artigo 202 da Lei nº 6.404/76.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2015 foram distribuídos R\$17.217 a título de dividendos intermediários referentes o lucro de 2015. O cálculo dos dividendos é como segue:

	<u>31/12/2015</u>
Lucro líquido	23.165
Reserva legal - 5%	<u>(1.158)</u>
	22.007
Proposta da Administração:	
Dividendos intermediários pagos	(17.217)
Dividendos a pagar no exercício seguinte	(4.790)

Concessionária Ponte Rio-Niterói S.A. - Ecoponte

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2015

(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

17. Patrimônio líquido--Continuação

e) Reserva de capital - plano de opção com base em ações

Conforme deliberado em AGE da controladora direta EcoRodovias Infraestrutura e Logística S.A., datada de 31 de agosto de 2010, foi aprovado um Plano Geral para Outorga de Opção de Compra de Ações aos diretores e empregados do Grupo EcoRodovias. O Conselho de Administração da EcoRodovias Infraestrutura é o responsável por definir e administrar o referido plano.

A Companhia mensura o custo de transações liquidadas com ações com os Administradores baseado no valor justo dos instrumentos patrimoniais da data da sua outorga. Para determinar o valor justo, a Companhia utiliza um especialista de precificação externo, o qual utiliza um método de valorização apropriado.

O custo com transações liquidadas com títulos patrimoniais é reconhecido como “despesa de pessoal”, em conjunto com um correspondente aumento no patrimônio líquido, ao longo do período em que a performance e/ou condição de serviço são cumpridos, com término na data em que o funcionário adquire o direito completo ao prêmio (data de aquisição).

O efeito da diluição das opções em aberto é refletido como diluição de ação adicional no cálculo do resultado por ação diluído, sendo esta diluição aplicável para controladora indireta EcoRodovias Infraestrutura e Logística S.A., responsável pela outorga do plano.

O plano de opção com base em ações, emitido em 2010, tem como objetivo permitir que os beneficiários se tornem acionistas da controladora EcoRodovias Infraestrutura e Logística S.A. de maneira que atuem de forma direta e ativa na busca por resultados positivos. São elegíveis para participar membros do Conselho de Administração, diretores da EcoRodovias Infraestrutura e de suas controladas e empregados-chave que não sejam administradores estatutários, incluindo aqueles das controladas da EcoRodovias Infraestrutura S.A.

A outorga de opções deve respeitar o limite máximo de até 2% de ações ordinárias do capital social efetivamente emitidas pela EcoRodovias Infraestrutura, ações estas que deverão ser apenas ações em tesouraria.

O preço das opções corresponderá ao valor da ação da EcoRodovias Infraestrutura, atualizado monetariamente pelo IPCA ou por outro índice de base de apuração equivalente que seja escolhido pela Assembleia Geral da Companhia da EcoRodovias Infraestrutura.

Concessionária Ponte Rio-Niterói S.A. - Ecoponte

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2015

(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

17. Patrimônio líquido--Continuação

e) Reserva de capital - plano de opção com base em ações--Continuação

A Companhia reconhece no resultado, durante o período de prestação dos serviços, o prazo de carência e o custo com a remuneração aos beneficiários com base no valor justo das opções na data da outorga, utilizando o modelo Black-Scholes para a precificação do valor justo das opções. Em 31 de dezembro de 2015, foi registrado na rubrica “Plano de opções com base em ações” o valor de R\$49.

A EcoRodovias Infraestrutura efetuará a liquidação desse plano de opção com base em ações entregando ações de sua própria emissão que serão mantidas em tesouraria até o efetivo período das ações por parte dos beneficiários.

18. Receita líquida

Política contábil

Receitas

A receita é mensurada pelo valor justo da contrapartida recebida ou a receber, deduzida de quaisquer estimativas de cancelamentos, e o resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência, destacando-se:

- (a) As receitas de pedágio, reconhecidas quando da passagem dos usuários pela praça de pedágio.
- (b) As receitas decorrentes de vendas antecipadas de cupons de pedágio são contabilizadas como “Receitas antecipadas”, no passivo circulante, na rubrica “Outras contas a pagar”, sendo apropriadas como receitas ao resultado do exercício à medida que os usuários passam pela praça de pedágio.
- (c) A receita relacionada aos serviços de construção ou melhoria sob o contrato de concessão de serviços é reconhecida baseada no estágio de conclusão da obra realizada. Receitas de operação ou de construção são reconhecidas no período em que os serviços são prestados pela Companhia. Quando a Companhia presta mais de um serviço em um contrato de concessão de serviços, a remuneração recebida é alocada por referência aos valores justos relativos aos serviços entregues.

Concessionária Ponte Rio-Niterói S.A. - Ecoponte

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2015
(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

18. Receita líquida--Continuação

Política contábil--Continuação

Imposto sobre prestação de serviços

Receitas e despesas são reconhecidas líquidas dos tributos sobre prestação de serviços, exceto quando os impostos sobre prestação de serviços incorridos na compra de bens ou serviços não forem recuperáveis junto às autoridades fiscais, isso ocorrerá quando os impostos sobre prestação de serviços são reconhecidos como parte do custo de aquisição do ativo ou do item de despesas conforme o caso; e quando os valores a receber e a pagar forem apresentados juntos com o valor dos impostos sobre prestação de serviços.

Quando o valor líquido dos impostos sobre prestação de serviços, recuperável ou a pagar, é incluído como componente dos valores a receber ou a pagar no balanço patrimonial.

	<u>31/12/2015</u>
Receita de arrecadação de pedágio:	
Pedágio em numerário	30.783
Pedágio eletrônico (a)	31.684
Vale pedágio	598
Outros	2
	<u>63.067</u>
Receitas acessórias (b)	1.063
Receita de construção	7.766
Receita bruta	<u>71.896</u>
Deduções sobre a receita bruta (c)	<u>(5.534)</u>
Receita líquida	<u><u>66.362</u></u>

- (a) Refere-se às receitas de arrecadação pagas com pedágio eletrônico;
- (b) Referem-se a arrendamento de área para fibra óptica, uso de faixa de domínio, venda de publicidade, implantação e concessão de acessos, entre outros;
- (c) Sobre a receita de construção não há incidência de impostos sobre faturamento. Segue a tabela com receitas tributáveis para análise adequada das deduções da receita.

	<u>31/12/2015</u>
Base de cálculo de impostos	
Receitas com arrecadação de pedágio	63.067
Receitas acessórias	1.063
	<u>64.130</u>
Deduções	
COFINS (3%)	(1.924)
PIS (0,65%)	(417)
ISS (2% a 5%)	(3.193)
	<u><u>(5.534)</u></u>

Concessionária Ponte Rio-Niterói S.A. - Ecoponte

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2015
(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

19. Custos e despesas operacionais - por natureza

	<u>31/12/2015</u>
Pessoal	9.156
Conservação e manutenção	2.453
Serviços de terceiros (a)	9.963
Seguros (Vide Nota Explicativa nº25)	1.882
Poder Concedente (Vide Nota Explicativa nº15)	1.653
Locação de imóveis e máquinas	437
Depreciações e amortizações	1.445
Outros custos e despesas operacionais	3.097
Custo de construção de obras	7.766
	<u>37.852</u>
Classificados como	
Custo dos serviços prestados	28.370
Despesas gerais e administrativas	9.482
	<u>37.852</u>

(a) Os serviços de terceiros são basicamente compostos por serviços de assessoria e consultoria, serviços de limpeza, resgate e remoção e outros.

20. Resultado financeiro

	<u>31/12/2015</u>
Receitas financeiras	
Receita de aplicações financeiras	6.956
Outras	3
	<u>6.959</u>
Despesas financeiras:	
Pis/Cofins s/receita financ.	(260)
IOF s/seguros	(177)
Outras	(32)
	<u>(469)</u>
Resultado financeiro	<u>6.490</u>

Concessionária Ponte Rio-Niterói S.A. - Ecoponte

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2015
(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

21. Lucro por ação

a) Lucro básico

O lucro básico e a quantidade média ponderada de ações ordinárias usada no cálculo do lucro básico por ação são os seguintes:

	<u>31/12/2015</u>
Lucro do exercício atribuível aos proprietários da Companhia e utilizado na apuração do lucro básico por ação	23.165
Quantidade média ponderada de ações ordinárias para fins de cálculo do lucro básico por ação	<u>120.000</u>
Lucro básico por ação das operações continuadas	<u>0,19</u>

b) Lucro diluído

A Companhia não possui dívida conversível em ações e não efetua diluição pelo plano de opção de ações, divulgada na Nota Explicativa nº 17.e, pois o plano de opção é da controladora EcoRodovias Infraestrutura e Logística S.A.

22. Participação nos Lucros e Resultados - PLR

A Companhia tem como política a distribuição de participação nos lucros e resultados (PLR) aos seus funcionários vinculada a um plano de metas e objetivos específicos, que são estabelecidos e pagos em conformidade com o acordo coletivo de trabalho com o sindicato da categoria. Em 31 de dezembro de 2015, a PLR foi de R\$458, a qual foi apropriada ao resultado nas rubricas “Custo dos serviços prestados” e “Despesas gerais e administrativas”.

23. Gerenciamento de riscos e instrumentos financeiros

Gestão de capital

O Grupo EcoRodovias, no qual a Companhia está inserida, administra seu capital, para assegurar que as empresas que pertencem a ela possam continuar com suas atividades normais, ao mesmo tempo em que maximizam o retorno a todas as partes interessadas ou envolvidas em suas operações, por meio da otimização do saldo das dívidas e do patrimônio.

A estrutura de capital da Companhia é formada pelo endividamento líquido e pelo patrimônio líquido da Companhia.

A Companhia revisa semestralmente a sua estrutura de capital. Como parte dessa revisão, considera o custo de capital e os riscos associados a cada classe de capital.

Concessionária Ponte Rio-Niterói S.A. - Eco ponte

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2015

(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

23. Gerenciamento de riscos e instrumentos financeiros--Continuação

Gestão de riscos

A Companhia está exposta a risco de mercado, risco de crédito e risco de liquidez. A Administração da Companhia supervisiona a gestão desses riscos, os quais são resumidos abaixo:

a) *Risco de mercado*

O risco de mercado é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nos preços de mercado. Os preços de mercado, para a Companhia, englobam o risco da taxa de câmbio e o risco da taxa de juros.

Índices de endividamento

	<u>31/12/2015</u>
Dívida (i)	236
Caixa e equivalentes de caixa	<u>(80.961)</u>
Dívida líquida	<u>(80.725)</u>
Patrimônio líquido (ii)	<u>89.997</u>
Índice de endividamento líquido	<u>(0,90)</u>

(i) A dívida de obrigações com o Poder Concedente circulante (Notas Explicativas nº 15).

(ii) O patrimônio líquido inclui todo o capital e as reservas da Companhia, gerenciados como capital.

Considerações gerais

- A Administração da Companhia elege as instituições financeiras com as quais as aplicações financeiras podem ser celebradas, além de definir limites quanto aos percentuais de alocação de recursos e valores a serem aplicados em cada uma delas. As aplicações financeiras são definidas como empréstimos e recebíveis.
- Aplicações financeiras: são formadas por CDB e fundos de investimentos e renda fixa, remunerados a taxa média ponderada de 99,67% do CDI, e refletem as condições de mercado nas datas dos balanços.
- Clientes e fornecedores: decorrem diretamente das operações da Companhia, são classificados como empréstimos e recebíveis e estão registrados pelos valores originais, sujeitos à provisão para perdas e ajuste a valor presente, quando aplicável.
- As obrigações com o Poder Concedente: classificados como outros passivos financeiros, portanto, não mensurados ao valor justo e contabilizados pelos valores contratuais de cada operação.

Concessionária Ponte Rio-Niterói S.A. - Eco ponte

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2015

(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

23. Gerenciamento de riscos e instrumentos financeiros--Continuação

Gestão de riscos--Continuação

a) *Risco de mercado--Continuação*

Valor justo de ativos e passivos financeiros

Os valores contábeis e de mercado dos instrumentos financeiros da Companhia em 31 de dezembro de 2015 são como segue:

	<u>Classificação</u>	<u>Contábil</u>	<u>Mercado</u>
Ativos			
Caixa e bancos (b)	Empréstimos e recebíveis	615	615
Clientes (a)	Empréstimos e recebíveis	6.962	6.962
Aplicações financeiras (b)	Empréstimos e recebíveis	80.346	80.346
Passivos:			
Fornecedores (a)	Outros passivos financeiros	3.385	3.385
Obrigações com o Poder Concedente	Outros passivos financeiros	236	236

(a) Os saldos de clientes e fornecedores possuem prazo de vencimento em até 45 dias, portanto, aproximam-se do valor justo esperado pela Companhia.

(b) Os saldos de caixa e aplicações financeiras aproximam-se do valor justo na data do balanço.

b) *Risco de taxa de juros*

O risco de taxa de juros da Companhia decorre de aplicações financeiras em que são remunerados por taxas de juros variáveis, que podem ser indexados à variação de índices de inflação. Esse risco é administrado pela Companhia através da manutenção de empréstimos a taxas de juros pré-fixadas.

A exposição da Companhia às taxas de juros de ativos financeiros está detalhada no item Gerenciamento de risco de liquidez desta nota explicativa.

De acordo com as suas políticas financeiras, a Companhia vem aplicando seus recursos em instituições de primeira linha, não tendo efetuado operações envolvendo instrumentos financeiros que tenham caráter especulativo.

Concessionária Ponte Rio-Niterói S.A. - Eco ponte

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2015
(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

23. Gerenciamento de riscos e instrumentos financeiros--Continuação

Gestão de riscos--Continuação

c) *Risco de crédito*

Instrumentos financeiros, potencialmente, sujeitam a Companhia a concentrações de risco de crédito e consistem, primariamente, em caixa, equivalentes de caixa e clientes.

A Companhia mantém contas correntes bancárias e aplicações financeiras com instituições financeiras de primeira linha, aprovadas pela Administração, de acordo com critérios objetivos para diversificação de riscos de crédito.

Em 31 de dezembro de 2015, a Companhia apresentava valores a receber da companhia Serviços de Tecnologia de Pagamentos S.A. - STP de R\$6.139, decorrentes de receitas de pedágios arrecadadas pelo sistema eletrônico de pagamento de pedágio ("Sem Parar"), registrados na rubrica "Clientes".

d) *Risco de liquidez*

O risco de liquidez é gerenciado pela controladora direta EcoRodovias Infraestrutura, que possui um modelo apropriado de gestão de risco e liquidez para o gerenciamento das necessidades de captação e gestão de liquidez no curto, médio e longo prazos. A controladora direta gerencia o risco de liquidez mantendo adequadas reservas, linhas de crédito bancárias e linhas de crédito para captação de empréstimos que julgue adequados, por meio do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais, e pela combinação dos perfis de vencimento dos ativos e passivos financeiros.

Análise de sensibilidade

Risco de variação nas taxas de juros

A análise de sensibilidade é determinada com base na exposição às taxas de juros dos instrumentos financeiros não derivativos no fim do período.

Concessionária Ponte Rio-Niterói S.A. - Eco ponte

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2015
(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

23. Gerenciamento de riscos e instrumentos financeiros--Continuação

Análise de sensibilidade--Continuação

Risco de variação nas taxas de juros--Continuação

A análise de sensibilidade foi desenvolvida considerando a exposição à variação do CDI, principal indicador das aplicações financeiras contratados pela Companhia:

Operação	Risco	Juros a incorrer (*)		
		Cenário I - provável	Cenário II - 25%	Cenário III - 50%
Juros sobre aplicações financeiras (a)	Baixa do CDI	9.498	7.123	4.749

(*) Para fins de análise de sensibilidade de risco de taxa de juros, a Companhia adotou como critério demonstrar o efeito de juros a incorrer para os próximos 12 meses.

As taxas consideradas foram as seguintes:

Indicador	Cenário I provável	Cenário II 25%	Cenário III 50%
CDI (a)	14,97%	11,23%	7,49%

Os resultados obtidos com essas operações estão condizentes com as políticas e estratégias definidas pela Administração da Companhia.

24. Plano de previdência privada

A Companhia possui Plano de Previdência Privada, na modalidade de contribuição definida, cujos custos são previsíveis e passíveis de controle e Administração, para o qual a Companhia e o colaborador contribuem na mesma paridade de valores para os salários superiores a R\$3,2, até o limite de 10% do salário nominal, e, para salários abaixo desse valor, a Companhia contribui com 1% do salário nominal do colaborador. Em 31 de dezembro de 2015, a Companhia contribuiu com a quantia de R\$124, registrada na rubrica "Despesas gerais e administrativas".

Concessionária Ponte Rio-Niterói S.A. - Ecoponte

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2015
(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

25. Seguros contratados

A Companhia tem cobertura de seguros em virtude dos riscos existentes em suas operações. Os contratos de concessão obrigam as concessionárias a contratar e manter coberturas amplas de seguros, visando à manutenção e garantia das operações normais. As apólices cobrem responsabilidade civil, de acordo com o respectivo contrato de concessão, riscos de engenharia operacionais, entre eles problemas na fase de construção, alterações geológicas, incêndios e desastres naturais (enchentes e deslizamento de terra), danos à propriedade e perda de receita pela interrupção das rodovias.

Em 31 de dezembro de 2015, a especificação por modalidade de risco de vigência dos seguros da Companhia está demonstrada a seguir:

Modalidade	Vigência	Cobertura R\$ mil
Veículos	Julho de 2015 a julho de 2016	Tabela FIPE
"All Risk" - Responsabilidade civil	Maio de 2015 a maio de 2016	275.000
"All Risk" - Seguro de rodovias	Maio de 2015 a maio de 2016	3.914.362
Seguro-garantia	Maio de 2015 a maio de 2016	308.972